



ATA N.º 247/2017

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre dos Paços do Município, sob a presidência de Luís Manuel Martins Vasconcelos, tendo como primeira secretária, Sónia Filipa de Araújo Nogueira, e como segunda secretária, Teresa Margarida de Sousa Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----
- A. **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES.**-----
- B. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.**-----
- C. **PERÍODO DE INTERVENÇÕES.**-----
2. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**-----
3. **AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM 2018.**-----
4. **MAPAS DE PESSOAL.**-----
5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2018.**-----
6. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018-2021.**-----
7. **DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA INTEGRAR A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO.**-----
8. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista "Nós Cidadãos": Mário do Carmo Pereira, Germano Jorge Martins Rodrigues, Ana Sofia Tavares Rodrigues Ramos, Flávio dos Santos Costa, Ivo Alves Farreca e Carla Sofia Duarte Viegas.-----

Pela Lista "Por Oliveira de Frades – Coligação PPD-PSD/CDS-PP": Serafim de Oliveira Soares, Arménio Silva Florindo e António Bernardino Tavares Lopes Nunes;---

Pela Lista "PS - Partido Socialista": João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages.-----

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – António Manuel Lopes Tavares; Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e Varzielas – Jorge Marques da Silva Bandeira; União de Freguesias de Destriz e Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira.-----

Tendo-se registado a ausência, a toda a sessão, dos seguintes membros da Assembleia: Sandra Cristina Miranda Costa Bastos e Jorge Manuel Mamede Soares, que apresentaram justificação escrita e oral respetivamente à falta, tendo as mesmas sido aceites.-----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, Paulo Ferreira, e dos Vereadores Carlos Pereira, Clara Vieira e Abel Dias.-----



Havendo quórum, com a presença de 21 (vinte e um) membros, o presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e quinze minutos. -----

De registar que o presidente de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, saiu da sessão, às dez horas e trinta e cinco minutos, após o término do ponto 2, não tendo regressado e tendo apresentado justificação oral à ausência (motivos profissionais), a qual foi aceite, ficando a sessão com 20 (vinte) presenças. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O **presidente da Mesa** propôs a **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação do seguinte assunto: -----

- Aprovação das Atas em Minuta;-----
a acrescentar à Ordem do Dia, tendo sido reconhecida a urgência de deliberação imediata, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor.-----

A. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES. -----

O **presidente da Mesa** colocou a discussão e votação a **Ata n.º 245/2017 de 21.10.2017**, tendo sido aprovada, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor.-----

De seguida, colocou a discussão e votação a **Ata n.º 246/2017 de 24.11.2017**, tendo sido aprovada, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor.-----

B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----

O **presidente da Mesa** leu alguma correspondência tida por mais relevante. Informou que a pasta onde a mesma se encontra arquivada está à disposição dos membros que a quisessem consultar. -----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Aberto o Período de Intervenções, verificaram-se as seguintes inscrições: -----

O **membro da Assembleia Mário Pereira** informou das dificuldades verificadas na CIMVDL para eleição da mesa e o facto de o presidente executivo ainda ser provisório. Clarificou que, no processo de eleição da mesa, ao contrário do que circulou na comunicação social, "*pela primeira vez votei numa lista do PSD e ela perdeu. Conheço o Dr. João Vale e Andrade (candidato), é de Vouzela, por quem tenho estima e consideração. A proposta para a constituição da mesa era uma solução mais interessante*". Referiu que os partidos devem efetuar um esforço sério, para superar estas dificuldades, pois a CIM tem uma atividade e um volume financeiro muito importante para os Municípios, sendo essencial que se entendam para que se consiga uma administração eficiente. Mencionou que a CIMVDL tem uma ótima estrutura, é das melhores em termos de execução; realçou a sua imensa capacidade em fazer projetos, designadamente: a ecopista do Vouga (em sua opinião, a gestão e a manutenção deve ser efetuada pela CIM); o programa de promoção do sucesso escolar; o facto de a CIM ser autoridade de transportes (em 2019 preveem contratualizar os transportes públicos para toda a sua área geográfica); o projeto de rede de coesão social; programas de combate a incêndios e no âmbito da proteção civil. Foi ainda sugerido, que se realizem debates abertos à comunidade sobre a interioridade e como fixar pessoas no interior. Ainda referiu que a CIM tem um documento previsional muito bem feito, o



qual poderá ser consultado na página eletrónica da CIMVDL. Acrescentou que se deve estar sempre com atenção aos programas e à abertura de candidaturas. Por último, considerou que o debate sobre a regionalização e a descentralização farão, certamente, parte de próximas Ordens do Dia.-----

O **membro da Assembleia João Lages** referiu-se aos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro, questionando as medidas adotadas pela Autarquia e os resultados, bem como, a forma como está a ser prestado apoio às vítimas. Manifestou a sua preocupação com o tanque /piscina construída na zona de fruição de Sejães, pois não lhe parece uma piscina e o revestimento é efetuado por uma tela finíssima, que não parece garantir a sua longevidade e a segurança dos futuros utilizadores, questionando se é uma solução provisória ou definitiva. -----

O **presidente da Assembleia**, considerando que, este é o local apropriado para todas as explicações e para expressar as diferentes opiniões, pois tem os deputados que representam as populações, tem a comunicação que transmite e chega aos munícipes e permite a todos, saber qual o objetivo deste executivo camarário, questionou o presidente da Câmara sobre algumas obras, designadamente, se o projeto de requalificação do cemitério municipal foi alterado, ou executado conforme o previsto, bem como, a construção de passeios na Rua Nossa Senhora dos Milagres, entre o "Pingo Doce" e Vilarinho; a pavimentação da estrada de ligação do Centro Escolar à estrada da Ponte do Cunhedo; construção de passeios na EM 618 (Feira a São Vicente); se já tinha sido efetuado o encaminhamento das águas pluviais junto à Igreja em Arcozelo das Maias. Referiu que, no anterior mandato foram retirados os paralelos em Covelo de Arca, para colocação de água e saneamento, questionando se os trabalhos já tinham sido executados, bem como, o ponto da situação da pavimentação da estrada de Sejães a Pinheiro. Questionou se na "PARU 1", se iriam manter os materiais conforme o projeto aprovado. Referiu que, o presidente da Câmara é *"uma pessoa da terra, que é daqui e conhece a nossa história do nosso Concelho, ao contrário de outros que fazem parte do executivo. As pessoas que estiveram à frente deste órgão sempre tiveram muita ambição, porque é um concelho pequeno, o da região que menos recebe de transferências do orçamento de estado"*. Ainda questionou se as calçadas, de acesso a habitações, que já estavam entregues a empreiteiros, seriam executadas. Ainda questionou, o que se pretende fazer para substituir as condutas em fibrocimento e se os projetos das praias fluviais de Sejães e da Carriça se manteriam e qual o prazo previsto para a sua execução. Mais questionou sobre o que o atual executivo pensa sobre o Parque Urbano, referindo que, em sua opinião, qualquer alteração ao projeto (surgiu de um concurso de ideias) terá que ser comunicado a todos os concorrentes. Parece-lhe não ser possível executar apenas parte do projeto. Por último, questionou o ponto da situação das obras de requalificação do edifício da Câmara Municipal. -----

O **presidente da Câmara** respondeu às questões apresentadas. Mencionou que desejava que o Concelho seja o principal vencedor desta legislatura, para a qual a comunidade apoiou e elegeu o atual órgão executivo, e que este se predispôs a servi-la. No que concerne à CIMVDL, desejou que as forças políticas



voltem as suas sinergias para este órgão de decisão, dada a sua importância para os Municípios. Informou que o Município criou uma equipa multidisciplinar, com diversas vertentes para dar apoio às vítimas dos incêndios; a zona industrial de Oliveira de Frades foi uma das mais afetadas (cerca de 60 empresas afetadas, grande partes delas com perda total); realçou a importância da parceria com a CCDRC, tanto no apoio às empresas afetadas, como aos munícipes que perderam a sua habitação (1.ª habitação), bem como, o trabalho desenvolvido por dois arquitetos da terra; foi solicitado o auxílio da Associação "Médicos do Mundo", na gestão dos donativos; houve muita gente a ajudar este Concelho, agradecendo a todos esta solidariedade e apoio no ressurgimento do Concelho; foi criada uma conta solidária; realçou ainda o trabalho dos técnicos da Autarquia e sobretudo da vereadora Clara Vieira que esteve sempre ao serviço e pronta a receber todos os que se dispuseram em ajudar. No que diz respeito à piscina da praia fluvial de Sejães disse ser algo que já estava colocado do anterior executivo, deduzindo que todas essas avaliações tenham sido feitas, no entanto, irá inteirar-se melhor sobre a situação. A requalificação do Cemitério foi uma obra de continuidade, tendo apenas se acrescentado uma rampa para permitir o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção e restaurada a porta do cemitério. A construção de passeios está em execução nos dois locais mencionados e o encaminhamento de águas pluviais junto ao Pavilhão Multiusos de Arcozelo das Maias já foi efetuado. Informou que os técnicos se encontravam a fazer o levantamento da situação mencionada no Covelo de Arca, estando em negociação com a Associação de Compartes, o apoio a alguma obra. A pavimentação da estrada Sejães a Pinheiro, devido à logística do empreiteiro, apenas será iniciada em janeiro, tendo-se optado por arranjar as valetas, de forma a dar maior durabilidade ao tapete ali a ser colocado. No que concerne às calçadas, disse tratar-se de um compromisso do executivo manter as empreitadas que são úteis e necessárias à comunidade, em detrimento de alguns projetos arrojados. Referiu a ambição que se deve ter, sem abandonar a entidade e não esquecendo que somos um Concelho com um trajeto rural. Também disse, não ter a presunção de que se irá deixar tudo feito. Referiu que foi com mágoa, que no verão passado as praias pluviais não estiveram à disposição das população, sendo objetivo manter e cumprir o protocolo estabelecido com a EDP. No que concerne ao Parque Urbano, disse que se estava a proceder a diligências junto ao empreiteiro, projetista e CCDRC. Por se entender que o valor da 2.ª fase era excessivo, procedeu-se ao distrate. No que concerne à Avenida dos Descobrimentos e à alteração do piso previsto, disse que, a decisão prendeu-se com o facto de conhecer a história da Vila e do Concelho e, com base em vários pareceres técnicos, bem como, por ser a artéria de maior passagem e, por questões ambientais e de barulho para os residentes. Relativamente à requalificação do edifício da Câmara Municipal, disse haver decisão favorável relativa ao incidente de levantamento suspensivo automático; o projeto foi analisado, prevendo-se que, no início do próximo ano, haja condições para iniciar a obra. Por último, disse não haver interesse em lesar o traçado selecionado pelo anterior executivo. -----



O **membro da Assembleia Mário Pereira** apresentou um protesto pela intervenção do presidente da Assembleia, relativamente a um detalhe da sua intervenção que o atinge, pois não nasceu no Concelho de Oliveira de Frades. Considerou errada a ideia de que uns autarcas têm mais legitimidade que outros, porque aqui nasceram; trata-se de um discurso de certa forma "xenófobo"; disse não se sentir menos comprometido com os interesses do Concelho do que os que cá nasceram; essas afirmações e insinuações visam desqualificar algumas intervenções e quanto a isso "*devo protestar; não sou de cá, mas mais do que um oliveirense ou vouzelense, sou um lafonense; já me senti excluído noutros sítios por viver em Oliveira e agora sou excluído por ter nascido noutra Concelho!*".-----

O **presidente da Assembleia** respondendo ao membro da Assembleia Mário Pereira disse que o Concelho de Oliveira recebe muito bem as pessoas e pegando nas suas palavras disse que é preciso aproveitar bem o quadro comunitário, é preciso sentir-se bem o Concelho. Acrescentou que o anterior executivo, em todas as rubricas do quadro comunitário, excedeu. Disse ser preciso ter ambição, caso contrário, não se teria o complexo desportivo que existe hoje. Mais disse, que é preciso ter projetos para os apresentar, quando houver oportunidade. Questionou se a mudança no projeto da Av. dos Descobrimentos não vai ter mais despesa e manifestou satisfação pela manutenção dos projetos das praias fluviais que vão de encontro às exigências das populações.-----

No que concerne às praias fluviais, o **presidente da Câmara** informou do valor inscrito na rubrica das receitas e da impossibilidade de aloucar na rubrica de despesas (devido a compromissos anteriormente assumidos) o valor total necessário à execução das duas praias fluviais, sendo que do ponto da situação das obras, o investimento será superior, na praia da Carriça. -----

O **membro da Assembleia João Lages** discordou da decisão do atual órgão executivo, devendo-se manter a colocação de paralelos na Av. dos Descobrimentos. Justificou esta posição, por considerar que se perde parte da entidade, bem como, a coesão em relação às políticas seguidas. Manifestou o seu descontentamento com o atraso que se verifica na execução das praias fluviais da Carriça e Sejães e referiu que os tanques não têm as medidas devidas. No que concerne à alteração do projeto do parque urbano lembrou os compromissos assumidos e as consequências de tal decisão. Por último, em relação ao parque desportivo, disse ter algum orgulho na obra, mas manifestou a sua mágoa e tristeza pelo facto do pavilhão não poder receber provas oficiais.-----

Respondendo ao membro da Assembleia João Lages, o **presidente da Assembleia**, disse que as piscinas de Sejães têm medidas pré-olímpicas e a profundidade exigida; a tela garante a qualidade necessária. No que se refere ao pavilhão desportivo, disse que apenas faltava a colocação de uma grade de proteção de linha de jogo. -----

O **presidente da Câmara** informou do acordo revogatório relativo à empreitada de "*Construção do Parque Urbano – Edifício de Empreendedorismo*" e da atitude exemplar do empreiteiro, que apenas pediu a devolução do valor da garantia bancária prestada e demais encargos. No que concerne ao pavilhão, mencionou que pior do que as medidas oficiais, é o facto de, ainda continuar a



chover lá dentro, apesar da intervenção feita, estando-se a diligenciar para tentar resolver o problema. -----

No que se refere ao pavilhão desportivo, o **presidente da Assembleia** referiu que, se os trabalhos não ficaram bem, deve-se pedir responsabilidades à empresa que efetuou esses trabalhos. Disse que se tinha disponibilizado ao presidente da Câmara para ajudar na medida que fosse possível (da parte da Assembleia Municipal) junto da CCDRC ou de outra entidade e o executivo camarário achou por bem não solicitar, nem necessitar desse apoio.-----

2 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----

Como já tinha sido entregue, atempadamente, o relatório da atividade municipal, foi dispensada a sua leitura.-----

O **presidente da Assembleia** referiu-se à execução de receita a 30 de novembro de 2017 de 76,6% e à execução de despesa de 75,2% e ao facto de, no relatório, constar para ficar “em memória” que a execução de receita a 30 de setembro de 2017 era de 63,4% e a despesa executada de 56,5%. Nesta sequência, questionou como foi possível num mês arrecadar uma receita de 12%.--

O **membro da Assembleia Mário Pereira** referiu que a percentagem de execução da receita aumentou, porque diminuiu o volume do orçamento (com as alterações orçamentais efetuadas). Considerou que o rumo que a Assembleia Municipal estava a tomar não era o melhor; o ex-presidente da Câmara não deveria usar um conhecimento que, os membros da Assembleia Municipal não têm; as suas intervenções não deveriam ir por esse caminho. Mencionou que alguns ex-ministros que vão para deputados, recusam fazer intervenções ou pertencer a comissões das áreas das que tutelaram, o que é um bom princípio.-----

Respondendo ao membro da Assembleia Mário Pereira, o **presidente da Assembleia**, mencionou que sua intervenção foi sempre no sentido de ajudar.-----

O **presidente da Câmara** agradeceu a defesa do membro da Assembleia Municipal Mário Pereira para com o executivo. Referiu que o Município era dotado de técnicos excelentes, pelo que solicitou que o técnico explicasse a oscilação havida.-----

O **técnico superior, Ismail Carvalho**, informou que o orçamento inicial partiu de uma base de onze milhões e ao longo do ano de 2017, foram feitas atualizações ao orçamento, por vários motivos (receitas consignadas de empréstimos, fundos comunitários); muita da despesa que estava programada para essa receita não foi executada, pelo que era de todo relevante que se fizesse o ajustamento do orçamento da receita e da despesa à realidade da despesa que efetivamente estava a acontecer. A partir de setembro foi possível fazer essas reduções do orçamento de receita, ou seja se baixa o valor global do orçamento de receita obviamente a taxa automaticamente sobe. -----

Verificou-se uma pausa, de cerca de quinze minutos, acordada por todos os presentes, tendo os trabalhos sido retomados de seguida, às dez horas e quarenta e cinco minutos. -----



3 - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM 2018.-----

O **presidente da Câmara** informou que, o Órgão Executivo, na sua reunião ordinária de 13.12.2017, deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer técnico e entregar a contratação de empréstimo a curto prazo ao Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e submeter à Assembleia, a autorização para a referida contratação.-----

Inscreeveu-se para o debate deste ponto:-----

O **presidente da Assembleia** mencionou que esta operação é de todo necessária e indispensável à gestão em qualquer Município. Referiu que, tem ouvido que a Câmara Municipal está falida (o que não corresponde à informação do técnico que consta do processo de empréstimo), pelo que, questionou da veracidade dessa afirmação.-----

O **presidente da Câmara** disse não responder a boatos; os seis meses que mediarão este percurso e o orçamento que se irá colocar em apreciação asseguram os sinais de respeito, que esta candidatura e agora executivo têm levado pela frente. Acrescentou que, nunca tinha dito que estava falida e que, tecnicamente, os números falam por si. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 19 (dezanove) votos a favor e 1 (uma) abstenção do membro da Assembleia, João Carlos Lages, autorizar a contratação do empréstimo em causa. -----

4 - MAPAS DE PESSOAL. -----

O **presidente da Câmara** informou que o executivo, na sua reunião extraordinária de 15.12.2017, deliberou, por unanimidade, aprovar os Mapas de Pessoal ao abrigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pelo presidente da Câmara, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, aprovar os Mapas de Pessoal, ao abrigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2018. -----

O Órgão Executivo na sua reunião de 15.12.2017 aprovou, por maioria, o Orçamento para 2018.-----

O **presidente da mesa** informou que a proposta de orçamento municipal lhe foi entregue em mão no dia 15 de dezembro, tendo sido enviada, nesse mesmo dia, a todos os membros da Assembleia.-----

De seguida, propôs a discussão do ponto 5 (Apreciação e Votação do Orçamento para 2018) e do ponto 6 (Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano 2018-2021) em simultâneo, sendo a votação efetuada individualmente, o que foi aceite, por unanimidade. -----

O **técnico superior Ismail Carvalho** fez a apresentação dos documentos em "Powerpoint".-----

O **presidente da Assembleia** referiu a importância do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o Município, pelo que considerou que deveria ficar claro o que o executivo pretende efetuar no ano de 2018. Mais referiu a existência de uma rubrica "Outros", inscrita com valores significativos, que não se sabe em que vai ser gasta. Ainda referiu, que solicitou esclarecimentos ao



presidente da Câmara, sobre alguns assuntos, designadamente, por no Orçamento não constar de forma clara, as verbas a transferir para cada uma das Juntas de Freguesia e o que estas se comprometem em executar (tendo alguns presidentes de Junta demonstrado o seu descontentamento por esse facto), bem como, por não constar de forma discriminada os subsídios a atribuir a cada Associação do Concelho; não obteve resposta às questões, tendo apenas remetido para a lei e informado do valor global a atribuir às Associações, respetivamente. Mais informou que se disponibilizou em ser o intermediário do grupo parlamentar do PPD.PSD e CDS.PP para participar numa reunião aquando da preparação do orçamento, assim, como dos presidentes de junta eleitos por este partido, mas, apesar da disponibilidade demonstrada tal não se verificou. Alertou para o facto de este grupo parlamentar ter a maioria nesta Assembleia. ----

O **membro da Assembleia António Bernardino Nunes** mencionou que, este orçamento apresentado tem aspetos positivos, ressaltando o facto de ter havido uma poupança de receitas correntes, que foram afetadas a despesas de capital. No que concerne às praias fluviais de Sejães e da Carriça, disse haver um protocolo com a EDP, em que as receitas inscritas no orçamento são pelo valor total a receber, no entanto, as despesas inscritas são insuficientes para a execução das obras. Nesta sequência, questionou como seria possível receber essa quantia prevista, se não se pretende gastar o que compete ao Município. -----

O **membro da Assembleia Mário Pereira** fez a seguinte intervenção, dizendo que, assim, transmitia a opinião do grupo do "Nós Cidadãos": -----

"O orçamento que a Câmara Municipal traz à consideração da Assembleia Municipal cumpre o objetivo de assegurar a normalidade no funcionamento da Câmara Municipal e por isso terá o nosso apoio.-----

Este não é o orçamento que gostaríamos de estar a discutir, mas a situação não permite grandes opções nem grandes planos.-----

Os documentos trazidos à apreciação da Assembleia Municipal estão condicionados por um conjunto de decisões tomadas, antes das eleições, que na prática condicionam a aplicação de todas as receitas do município ao longo do próximo ano. -----

Felizmente a Câmara conseguiu anular o contrato para a segunda fase do Parque Urbano, que comprometeria o orçamento municipal para os próximos anos.-----

São várias as obras que constam nas Opções do Plano e do Orçamento de 2018 e que já estão realizadas há vários meses e ainda não foram pagas, num levantamento não exaustivo chegamos a um valor de 430 250€ o que levanta questões sobre o modo como foram processados os respetivos compromissos financeiros (sendo certo que ao ser emitido o compromisso teria de estar garantida a disponibilidade dos meios de pagamento).-----

Este valor refere-se apenas ao capítulo 003 – arruamentos, vias, caminhos e sinalização que incluindo o Parque Urbano soma 2 360 532 euros. Se retirarmos os 1 208 000 respeitantes a esta obra sobram 1 152 532 euros dos quais pelo menos 430 250 já estão gastos o que equivale a 37% dessa verba. -----

As escolhas das obras que constam do orçamento para 2018 são também marcadas por promessas já assumidas pelo anterior executivo e que o atual entendeu manter para não desiludir as pessoas que contam com essas obras.-----

Parece também existir um problema com a execução das obras ao abrigo do protocolo com a EDP, que irá criar dificuldades à rápida conclusão das obras previstas nesse protocolo, nomeadamente as piscinas e as praias fluviais. -----



AM 29-12-2017

Este exercício orçamental procura introduzir clareza e transparência na gestão municipal e por isso o apoiamos. -----

As opções do Plano são ainda dominadas pelas obras públicas.-----

É pena que assim tenha que continuar a ser.-----

Esperamos nos próximos anos ver chegar planos com opções na área social mais consistentes. Os apoios aos idosos não podem resumir-se ao passeio anual. -----

Continuamos a ter muitas obras em estradas – certamente necessárias – mas é importante que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento comecem a refletir uma preocupação com as deslocações das pessoas que não têm carro. -----

Um dos problemas deste orçamento e das Opções do Plano é uma assimetria geográfica, com freguesias muito pouco representadas. -----

O orçamento prevê uma verba 194 000 euros, para ser atribuída diretamente às juntas de freguesia, que pode ser muito relevante para que elas possam ter uma ação menos dependente da Câmara Municipal. Os presidentes da Junta devem ser libertos da necessidade de vir à Câmara pedir para que uma equipa se desloque à sua freguesia para fazer um pequeno trabalho de reparação ou uma pequena limpeza.-----

A limpeza das nossas aldeias tem de ser uma prioridade, pois é essencial para a segurança mas também para dar às aldeias um aspeto limpo e agradável a quem nos visita. -----

Sabemos que é intenção do executivo aumentar esta verba, mas sugerimos que se avance no sentido de destacar para cada freguesia uma pequena equipa de funcionários municipais que faça pequenas limpezas e reparações sob a dependência direta da Junta de Freguesia. -----

Muito se ganharia em termos de eficácia na resolução de pequenos problemas.-----

Algumas verbas merecem algum destaque, umas pela sua reduzida dimensão: -----

- 2000€ para formação é meramente simbólico, ainda que se conte com a formação que vier a ser feita pela CIM.-----

Se os recursos humanos não tiverem uma formação mínima não é possível que acompanhem o tempo e as tecnologias, nem que se sintam motivados. -----

Esperamos que num futuro orçamento esta verba possa ser aumentada significativamente. -----

Igualmente a verba para fatos de trabalho – 3000€ não é muito alta se pensarmos que a Câmara tem algumas dezenas de operários. -----

Falando de operários pensamos que é tempo da Câmara poder usar essa força de trabalho para fazer alguns pequenos trabalhos, que sendo simples e baratos podem fazer muita diferença: -----

Deixo apenas alguns exemplos:-----

- Um amigo com um pouco mais de 70 anos e ligeiras dificuldades de mobilidade disse-me que sentiu muito a falta de um corrimão nas casas de banho públicas do Jardim Sá Carneiro.-----

- Conheço uma pessoa cega que precisa de passar na Feira no passeio junto à capela ladeado por um fosso sem proteção, que é um perigo de morte e que pode ser resolvido com uma grade simples. -----

Na verdade se houver um cuidado acrescido com a manutenção talvez seja necessário gastar menos na requalificação. -----

Por ser uma pessoa ligada ao meio não posso deixar de referir duas intervenções que poderão nem ser muito caras.-----

Uma que permita o acesso de pessoas em cadeiras de rodas ao cineteatro. Hoje existem elevadores de escada em conta e que poderiam resolver o problema. -----



AM 29-12-2017

Também me custa ouvir de um jovem da nossa terra, paraplégico, que pratica natação de competição dizer que não tem acesso à piscina municipal. -----

Pensamos que, se for perguntada opinião a pessoas conhecedoras, será possível encontrar soluções tecnicamente eficientes com custos razoáveis e a verdade é que há uma lei que rege estas acessibilidades embora o seu cumprimento não seja uma prática generalizada. -----

Acreditamos que o orçamento e as grandes Opções do Plano merecerão a aprovação da Assembleia Municipal, mas desde já deixamos a nossa disponibilidade para contribuímos com sugestões para o próximo orçamento e as próximas opções do plano que possam potenciar a ação do município tendo em atenção o que é a realidade económica e financeira do município. -----

Em suma, este orçamento é arte do possível e tem como o objetivo encontrar solução para problemas pendentes sem criar novos". -----

O **membro da Assembleia João Lages** disse compreender que o orçamento esteja algo comprometido pela atividade do anterior executivo, mas lamentou que não seja feita uma aposta no turismo e na fixação de pessoas. Referiu o nulo investimento previsto em diversas rubricas ligadas ao turismo e registou a inscrição de 13.500,00€ na rubrica “*produtos turísticos integrados de base intermunicipal*”, considerando esta verba insuficiente para a concretização deste projeto que visa promover os produtos da nossa terra, criando uma marca e um conceito. Acrescentou, ainda que lhe causava perplexidade a verba inscrita de 12.000,00€ para a realização do passeio dos idosos e apenas estar inscrito 10.000,00€ para apoio às vítimas de incêndios. Por último, reafirmou que a coesão social e o turismo são duas áreas que o Município deveria apostar. -----

O **presidente da Câmara** mencionou que existem projetos que serão incluídos no Orçamento quando não se estiver tão “*refém*” de compromissos assumidos e de obras que se encontram em desenvolvimento. No que concerne às Associações, informou que até 31 de março estas terão de apresentar a respetiva documentação, de acordo com o Regulamento de Apoio às Coletividades e, posteriormente, com base no plano de atividades serão atribuídos os subsídios. Referiu que, o acordo revogatório relativo à empreitada de “*Construção do Parque Urbano – Edifício de Empreendedorismo*” permitiu manter obras já contratadas. Acrescentou que, também, queria ter as praias pluviais concluídas, mas este executivo está a honrar os compromissos assumidos anteriormente. Para receber as verbas do protocolo estabelecido com a empresa “*Greenvougá*”, terá que se executar a obra e, posteriormente, é que será reembolso do valor aplicado. Referiu que os presidentes de Junta estão a par das dificuldades e de assumir compromissos para 2018, sendo certo que a única coisa que nos comprometemos, foi de os envolver nestas decisões, sendo que, “*nestes dois meses já estivemos mais vezes juntos em decisões do que anteriormente*”. Referiu que o direito de oposição foi cumprido, mas por falta de tempo, não foi feito mais atempadamente. O plano para 2018 está condicionado, estando-se já a elaborar o de 2019, tendo já compromissos conforme os presidentes de Junta, têm conhecimento. Referiu algumas medidas já adotadas e o facto de pretender implementar o orçamento participativo. Referiu das muitas ideias que se pretende acrescentar no plano até



2021, mas “estamos empenhados em não defraudar as expectativas criadas. Foi o orçamento possível”. -----

No que concerne às praias pluviais, o **membro da Assembleia António Bernardino Nunes** considerou que não se poderia contar com a receita se não há verba na despesa. Apesar do presidente da Câmara ter dito que se trata de um orçamento de continuidade, “*não nos revemos neste documento; disponibilizamo-nos atempadamente para dar o nosso contributo para este documento precioso, mas o executivo assim não o entendeu. Não cumpriu o que prometeu aos presidentes de Junta, em vez de os envolver, apenas lhe deu a conhecer o orçamento após aprovação pelo executivo. Também ficamos sem saber onde serão aplicadas as verbas que no orçamento constam na rubrica “outros”. Não sabemos quais as verbas e em que Freguesias serão aplicadas. A verba inscrita para apoio às vítimas dos incêndios é insignificante. Não iremos votar favoravelmente, mas o nosso sentido de responsabilidade faz com que nos abstenhamos*”. -----

O **presidente da Assembleia** mencionou que não via inscrita a rubrica da ecopista no Orçamento; o presidente da Câmara não cumpriu o acordado para 2018, manifestando disponibilidade para falar no Orçamento de 2019. Também questionou o peso, no endividamento, das dívidas das empresas em que o Município participa. No que se refere às praias fluviais, disse tratar-se de uma questão clara, pois não se pode contar com uma receita que não pode existir; por isso não entende, como é possível apresentar um orçamento com este “buraco”.--

No que respeita às praias fluviais, o **presidente da Câmara** referiu que o protocolo existe desde 2016; que as praias deveriam estar inauguradas até julho de 2017; a receita é uma realidade, mas a despesa incluída no Orçamento foi a possível devido aos compromissos que existiam. Referiu que o Órgão Executivo é ambicioso. Informou que se pretende apresentar uma candidatura, através da CIMVDL, para recuperação das aldeias da Serra do Caramulo. É necessário realizar a receita para poder executar as obras, pois o anterior executivo comprometeu o orçamento de 2018. Referiu a intenção de em 2019 implementar medidas de incentivo à natalidade, o orçamento participativo e o participativo jovem. Solicitou um voto de confiança porque precisamos desta ferramenta, que pode ser alterada sempre que necessário.-----

O **presidente da Assembleia** lamentou a ignorância em relação às praias fluviais, porque estas só não estiveram prontas em julho por causa da autorização da APA. Referiu que, o dinheiro que “*lá está dá e sobra, se a Câmara fizer alguma coisa por administração direta*”. -----

O **presidente da Câmara** mencionou que não falou na parte técnica; as infraestruturas que estão entregues, trazem algum retorno; não colocou nenhum critério na forma como foram executadas, mas o protocolo tem que ter execução física para ter retorno, tendo o investimento na Carriça de ser superior ao da praia fluvial de Sejães.-----

Posto a votação, foi o Orçamento para 2018, aprovado, por maioria, com 8 (oito) votos a favor e 12 (doze) abstenções dos membros Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa



AM 29-12-2017

Fernandes e João Carlos Lages e dos presidentes de Junta das Freguesias de Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias, Arca e Varzielas, Jorge Bandeira e Destriz Reigoso, Carlos Lima.-----

6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018-2021.-----

O Órgão Executivo na sua reunião de 15.12.2017 aprovou, por maioria, as Grandes Opções do Plano 2018-2021.-----

Este ponto foi discutido em simultâneo com o anterior.-----

Posto a votação, as Grandes Opções do Plano 2018-2021, foram aprovadas, por maioria, com 8 (oito) votos a favor e 12 (doze) abstenções dos membros Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes e João Carlos Lages e dos presidentes de Junta das Freguesias de Pinheiro, Carlos Rosa, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias, Arca e Varzielas, Jorge Bandeira e Destriz Reigoso, Carlos Lima.-----

7 - DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA INTEGRAR A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO.-----

Foi designado, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor o seguinte cidadão para integrar a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo:-----

- Alexandre Francisco Pereira Nogueira.-----

8 - APROVAÇÃO DAS ATAS EM MINUTA -----

Feita a proposta pelo **presidente da Mesa**, para que as atas fossem aprovadas em minuta, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor.-----

9 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Havendo a presença de público, o **presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Fernando Nunes Farreca**, residente na Rua Nossa Senhora dos Milagres (Feira), Freguesia de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães, que solicitou que a Autarquia ajudasse a resolver o problema da falta de comunicações, resultante dos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro.-----

O **presidente da Assembleia** mencionou que existiam no Concelho muitas zonas onde as comunicações ainda não tinham sido restabelecidas.-----

O **presidente da Câmara** informou das diligências efetuadas, bem como, da reunião tida com um responsável de uma operadora de telecomunicações, que tem várias equipas no terreno a efetuar trabalhos de restabelecimento das linhas, sendo que em alguns casos está a ser substituída por fibra; foi solicitado que estes restabelecimentos sejam efetuados o mais breve possível.-----

O **membro da Assembleia João Lages** sugeriu que o Município, através do gabinete jurídico, informasse as pessoas lesadas da forma como podem agir perante um serviço que não estão a usufruir.-----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor.-----



AM 29-12-2017

E, nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pelo presidente da Mesa, eram treze horas e vinte minutos. -----

Dela se lavrou a presente ata que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos membros da Mesa. -----

O presidente da Mesa, _____
(Luís Manuel Martins Vasconcelos)

A secretária, _____
(Sónia Filipa Araújo Nogueira)

A secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)